

“O JOGO É DOIDO”

A VIOLÊNCIA NAS TRAJETÓRIAS DE JOVENS DO PARQUE SANTA FILOMENA

Francimara Carneiro Araújo
Mestranda em Sociologia – UFC;
Pesquisadora do Laboratório de Estudos da Violência – LEV;
Pesquisadora do Laboratório das Juventudes – LAJUS.

RESUMO: O presente artigo discute como se dá a vivência de jovens da comunidade Parque Santa Filomena, localizada em Fortaleza, em condutas consideradas violentas ou ilegais, considerando a perspectiva de gênero. A abordagem metodológica utilizada é do tipo qualitativa, tendo como técnicas observações sistemáticas com registro em diário de campo, entrevistas semi-estruturadas e grupo focal.

Palavra-chave: Juventude, Gênero e Violência

CONSTRUINDO UM CAMINHO...

A temática da violência geralmente é tratada de forma controversa, sendo possível identificar afinidades com ideias de caráter mais repressivos que buscam no endurecimento dos marcos normativos a solução para o problema, até ideias mais restaurativas que buscam entender as raízes da violência e acreditam na mudança de *habitus*¹ do sujeito tido como violento. No Brasil, o assunto está no cotidiano das pessoas, seja nas conversas em paradas de ônibus que frequentemente versam sobre o medo de assaltos, nos meios de comunicação de massas ou mesmo na agenda pública dos governantes. Constantemente estes discursos assinalam um aumento da violência e tendem a uma postura criminalizante sobre os jovens, principalmente negros, pobres e moradores da periferia.

A juventude, em todas as sociedades, foi construída como “objeto de atenção ambígua” (LEVI e SCHMITT, 1996, p. 08), carregada de significados simbólicos, de promessas, de ameaças e fragilidades. O olhar sobre a juventude é cauteloso, pois qualquer “deslize” no processo educativo – leia-se: disciplinamento – poderia torná-la muito perigosa, trazendo danos para si, para família e para toda comunidade. Ao mesmo tempo este olhar também é de expectativa, pois sobre ela recai a tarefa de construir o futuro, “ela é o futuro do

1

BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas. Sobre a Teoria da Ação. Campinas -SP: Papius, 1996.

Brasil”². Ou seja, um jovem não é alguém hoje, ele não tem presente, ele é futuro e no futuro ele será um adulto. O que esperar de uma sociedade aduocêntrica?

²

Ditado popular.

O debate entre juventudes e violência foi a grande motivação para o desenvolvimento desta pesquisa, realizada em 2010. O objetivo foi compreender, numa perspectiva de gênero, como se dá a vivência de jovens da comunidade Parque Santa Filomena, localizada no bairro Jangurussu em Fortaleza, em condutas consideradas violentas ou ilegais, como o tráfico de drogas, assaltos, violência física e pichação.

A categoria gênero foi adicionada a discussão devida a necessidade de compreensão sobre o processo de “masculinização do crime” (ZALUAR, 2007; NASCIMENTO, et. al., 2009), considerando a masculinidade parte constituinte das relações de gênero e entendendo-a como um conjunto de atributos, valores, funções e condutas que se espera de um homem em determinada cultura. (KEIJZER apud NASCIMENTO, et. al., 2009).

Tomei como sujeitos desta pesquisa os(as) jovens hoje organizados no Grupo Meninos de Deus. Este grupo foi composto originalmente por adolescentes do sexo masculino que estavam de alguma forma “envolvidos” com a prática de atos infracionais, principalmente tráfico de drogas e assaltos. O objetivo era intervir diretamente na vida desses jovens para que estes pudessem resignificar suas vidas longe do crime. O grupo surgiu em 2006, mas somente em 2009 que passa a ter entre seus integrantes adolescentes do sexo feminino.

A abordagem dada a esta investigação científica foi predominante qualitativa, por contemplar as construções históricas do objeto em questão, valorizando os sentimentos, as atitudes, dentre outros elementos tão significativos nos sujeitos desta pesquisa.

A clareza de estar estudando relações humanas em um dado contexto me guiou para a necessidade de construir ou reconstituir a história de vida desses jovens, compreendendo as suas trajetórias (LAHIRE, 2004). Parto do pressuposto de que “a experiência de um sujeito preciso não escapa das concretudes sócio-culturais que tensamente o realiza enquanto pessoa”. (KOFES, 2001, p. 13). “O mundo social está tanto dentro de nós como fora de nós”. (LAHIRE, p. XII).

Como técnicas para coleta de dados, foram realizadas entrevistas orientadas com 4 participantes do grupo “Meninos de Deus”, sendo 2 pessoas do sexo masculino e 2 do sexo feminino; 1 entrevista com o educador social fundador e responsável pelo grupo de jovens; 1 Grupo Focal com jovens e 22 momentos de Observação Sistemática, todas com registro em Diário de Campo. Os/as jovens escutados/as, nas entrevistas e grupo focal, tinham entre 11 e 21 anos de idade.

TRAJETÓRIAS DIFERENTES, ALGUMAS INTERSEÇÕES

Na pesquisa original que ilumina este artigo, foi feito um esforço de reconstituir a trajetória de 4 jovens, moradores do parque Santa Filomena que já estiveram ou estavam na data das entrevistas (2010) vinculados de alguma forma à condutas tidas como violentas e/ou ilegais.

Considerar o indivíduo como uma noção de relação indica que em cada pessoa existe o registro de como as questões macrossociais, microssociais e sua interação se realizam. Apostar em um estudo que considera a escala individual, não significa a negação dos estudos sobre a sociedade de forma mais ampliada. É uma questão de perspectiva, onde a análise começa na forma como os sujeitos internalizam e agem nesta sociedade. As pessoas estão no mundo, assim como o mundo está em cada uma delas.

A partir de cada singularidade e particularidade dos indivíduos entrevistados (as) foi possível realizar uma aproximação com o contexto social vivido pelos jovens do Parque Santa Filomena, as peculiaridades advindas da questão de gênero e a forma pela qual vivenciaram a violência, como “vítimas” e também como “algozes”.

Não se trata, neste momento de fazer conclusões, pareceres ou mesmo uma “moral da história” sobre as trajetórias narradas. O objetivo dos tópicos que seguem é analisar algumas situações que apareceram de forma recorrente em todas as trajetórias, seja afirmando sua existência ou negando-a. Dessa forma, intitulei de interseções o conjunto de apontamentos que remeteram a uma análise mais aprofundada.

Gangues, “patotas”, “bocas”, galeras e outros agrupamentos.

Por muito tempo a juventude foi entendida como uma categoria social particularmente disposta à inovar, à transformar a realidade³(FREITAS et. al., 2005). Desse modo, a adesão a movimentos sociais, em especial ao movimento estudantil e/ou a grupos contestatórios, seja através da estética ou de hábitos alternativos ao hegemônico, tais como os *punks*⁴ ou os

3

Compreensão ligada a uma vertente da sociologia que ganha visibilidade com Manneim e alguns teóricos dos anos 60 como Marcuse. No Brasil, quem a desenvolveu foi Otávio Ianni. Ver em: CALLIGARIS (2000); FREITAS et. al. (2005); CARDOSO e SAMPAIO (1995).

⁴ Os *punks* podem ser definidos enquanto um movimento social ou enquanto uma cultura. Aqui ele está assinalado enquanto cultura, nela contendo um princípio de valorização da autonomia do indivíduo e o interesse

*vegans*⁵ eram – e em alguma medida ainda são – bastante característicos desse período da vida.

Outra forma de organização juvenil também bastante estudada pela sociologia são as gangues. Estes agrupamentos podem ser entendidos como redes sociais de jovens que empregam suas energias em intervenções transgressoras no espaço urbano, usando a violência como forma de linguagem ordinária e movimentando-se sobre o “fio tênue das classificações jurídico-políticas e sobre a linha débil das taxonomias culturais” (ABRAMOVAY, 2010).

No desenrolar dessa pesquisa percebemos que os jovens da Comunidade Santa Filomena não priorizam a sua organização em gangues, pelo menos no seu sentido clássico, apesar de alguns afirmarem já ter feito parte de gangue com o objetivo de realizar pichações ou para agredir desafetos. Destacando a narrativa de um dos entrevistados, Rafael⁶ (19 anos), relatou ter transitado por diferentes gangues a convite destas, mas não mencionou ter identidade de grupo com nenhuma delas. Este jovem, por exemplo, demonstra ter amizade, identidade com a “patota” com a qual realizava assaltos e que os grupos com os quais pichava não cometiam outros delitos. O mesmo não considerava a pichação como um ato infracional.

Nas diversas narrativas escutadas, foi predominante para os jovens desta comunidade, pertencimento a agrupamentos constituídos pelos seguintes elementos: 1) por laços de amizade; 2) organicidade momentânea, às vezes grupos formados para agir somente em uma noite, desconstituindo-se em seguida; 3) por grupos que se reúnem para conversar, e se divertir, sendo a pichação uma das modalidades de diversão e auto-afirmação; 4) como uma forma de conseguir bens materiais e/ou financeiros, e bens simbólicos, sendo também os furtos e assaltos uma forma de obter reconhecimento na comunidade; 5) não tem líderes ou qualquer tipo de hierarquia consolidada e/ou reconhecida entre seus membros, com exceção das “bocas” que tem a figura do “dono da bocada”; 6) não tem ritual de inicialização ou entrada; 7) não é primordial a defesa do território, sendo os conflitos do tráfico acontecidos muito mais por uma disputa de mercado e não de território, no sentido geográfico; 8) os agrupamentos muitas vezes não tem nome e 9) nem todos os integrantes do grupo realizam atos ilícitos.

pela aparência agressiva. São elementos da cultura *punk*: o estilo musical, a moda, o cinema, as artes plásticas, o *designer* e a poesia.

⁵ Os *vegans* são adeptos do veganismo, uma filosofia de vida que tem convicções éticas baseadas nos direitos dos animais. Eles procuram evitar exploração ou abuso dos mesmos, através do boicote a atividades e produtos considerados especistas, como comer carne, por exemplo.

⁶ Nome fictício.

Vale salientar ainda o caráter individual de várias transgressões: “Eu sempre gostei de traficar sozinho, nunca gostei de andar em bando não” (Augusto, 19 anos) e “uma vez eu fui trabalhar na Messejana e com o dinheiro comprei duas latas de tinta, pois o dinheiro só dava para duas. Voltei sozinho, pintando tudo, de Messejana até o Filomena” (Rafael).

Outro aspecto importante a ser considerado é a organização do tráfico. Diferentemente das gangues, onde prevalece uma identidade de gostos e visão de mundo, as “bocas” funcionam como lojas de um comércio altamente competitivo, onde o que importa é o lucro. Como seu funcionamento está à margem da legalidade, os que nelas estão organizados se utilizam ao máximo da violência para garantir seus dividendos, muitas vezes recorrendo à execução de seus credores ou competidores. Vale ressaltar, que além da questão econômica, está no comando ou pertencer reconhecidamente à determinada “boca”, também é uma afirmação de poder perante os outros jovens e para toda a comunidade.

Em suma, não podemos afirmar a existência de um padrão organizativo nas atividades transgressoras e ilícitas de jovens nesta comunidade. Eles se organizam em diversos modelos não rígidos e cambiantes, além de em algumas ocasiões optarem pela ação individual.

Trabalhador x bandido

Assiste-se atualmente na academia, sobretudo na sociologia, um verdadeiro duelo sobre a centralidade do trabalho. Para Marx (1948), o homem realiza um duplo domínio da natureza, quando, através do trabalho, a transforma ao mesmo tempo em que modifica a sua própria natureza. O homem ao transformar o mundo, transforma-se também.

Esta centralidade do trabalho foi questionada por Claus Offe (1989 *Apud* GUIMARÃES, 2004), “inquirindo se o trabalho ainda seria uma categoria analítica-chave para entendimento das sociedades do nosso tempo, em vista das importantes transformações que redefiniam seu lugar tanto na estruturação dessas sociedades como no entendimento dos sujeitos.” (GUIMARÃES, 2004, p. 151).

Longe de tentar elucidar esse conflito teórico-ideológico, inserimos este debate sobre o trabalho nesta investigação científica porque ele se tornou substancial no entendimento da relação entrada-saída do crime, principalmente pela dualidade frequentemente apresentada pelos (as) entrevistados (as) sobre trabalhadores e bandidos.

Foi possível perceber durante essa pesquisa que enquanto os adolescentes e jovens

estavam de alguma forma ligados a ações ilegais eles rechaçavam o trabalho, colocando-o como “coisa de besta”, “de laranja”, ou ainda de “otário”. Eles se auto-definiam como quem “não presta”, “do mundo do crime”, “que faz coisas erradas”, “bandido”, “traficante” ou “ladrão”.

Vale afirmar, que o olhar e críticas da comunidade sobre eles reforçam mais ainda esta oposição. Para alguns trabalhadores que conversei, bandido “é aquele atraído pelo dinheiro fácil, que não quer trabalhar, que anda armado e faz coisas erradas”⁷. Para Zaluar:

A identidade de trabalhador constrói-se em parte por oposição a bandidos e vagabundos que não trabalham. Mas se o trabalho é um critério fundamental de diferenciação entre tais categorias, isso não quer dizer que a oposição entre eles seja rígida e absoluta ou que exista, no plano das relações sociais, uma segregação claramente demarcada, separando-os completamente (1985, p. 132).

O debate suscitado por estes elementos remete à ética do trabalho: fonte de satisfação material e moral do trabalhador; e a concepção negativa do trabalho associada à escravidão por parte do “bandido” (ZALUAR, 1985).

Mesmo em certas ocasiões realizando a crítica ao autoritarismo presente nas relações de trabalho, como assinala Augusto sobre a necessidade de “ficar se humilhando” para se manter trabalhando. A visão negativa do trabalho é resignificada quando estes jovens decidem sair do “mundo do crime”. Todos e todas colocam como elemento determinante “arranjar um trabalho”, para marcar a passagem de um passado marcado por condutas violentas para um futuro enquanto trabalhador.

“Olha aqui Paulo! A chuteira que eu comprei com o dinheiro do meu próprio suor” (Observação sistemática).

“É essas pessoas hoje, não tão tendo trabalho [sobre a pior coisa que existe na comunidade], acho que isso é pior. Porque o trabalho é legal, né? Para começar uma vida nova” (Observação sistemática).

A maioria dos jovens entrevistados ou com os quais conversei de forma indireta manifestavam o desejo, o sonho de trabalhar e reconstruir a sua vida a partir disso. Dessa forma, para estes jovens, é através da sua reinserção social por meio do trabalho que eles vão conquistar o reconhecimento positivado da comunidade como uma pessoa que “deixou o crime” e agora é um trabalhador.

Necessidade de um pai

⁷ Fala de um trabalhador e morador da comunidade, anotada no diário de campo da observação realizada no dia 14 de julho e 2010.

Durante o desenrolar desta pesquisa percebemos o quanto a família é uma instituição referendada pelos jovens escutados, seja para se espelhar na trajetória de seus pais, seja para negá-las como uma alternativa possível.

Bruschini (2000) afirma que a família possui a função de socialização primária, bem como de formação de personalidades. Desse modo, a família é compreendida, como mediadora entre indivíduo e a sociedade, via pela qual as pessoas aprendem a perceber o mundo e a situarem-se diante dele. Dessa maneira se constitui como a primeira formadora da identidade social.

Complementando este raciocínio, Silva (2004) afirma que é no seio da família que o indivíduo nasce e se desenvolve, moldando sua personalidade, ao mesmo tempo em que se integra ao meio social.

Nesta investigação foram encontradas famílias vulnerabilizadas pela questão sócio-econômica e pela a violência que as circundam, tendo seus membros como “algozes” e/ou “vítimas”. Estas famílias estão sozinhas sem a retaguarda de políticas públicas que as auxiliem a romper com esta condição. Nestas famílias, encontrei mulheres, mães aflitas com o envolvimento dos seus filhos (as) em condutas ilícitas, tendo que conciliar trabalhos em distintas esferas e ao mesmo tempo cumprir a função de socialização e formação para com seus filhos.

Desse modo, encontrei também filhos e filhas, em busca de um “pai”. Para estes filhos e filhas os problemas vividos é devido a esta ausência. Não me causa estranhamento, encontrar nestes jovens, por mais variadas que sejam as composições de suas famílias, a referência em um modelo nuclear burguês.

Neste modelo, os papéis de mãe e pai são diferenciados. Sendo da mulher o papel de gerar, de cuidar e de educar os filhos, além é claro, de cuidar da casa, dos idosos e dos enfermos. Já o homem teria a tarefa de ser o provedor de todas as necessidades materiais da família e também de proteção, quando alguma adversidade pudesse colocar em risco o bem estar deste núcleo.

Esta referência não é por acaso. É fruto de uma construção societária que tem como base estruturas objetivas e subjetivas de “dominação masculina” (BOURDIEU, 1999), onde o gênero, enquanto *habitus* sexuados, baseia-se em discursos naturalizantes/biologizantes que atribuem ao feminino a esfera privada, e que constroem papéis e supostas vocações

diferenciados para homens e mulheres.

Em nossa sociedade ocidental, especificamente, estes discursos legitimadores da desigualdade de gênero podem ser percebidos como fruto também de uma cultura sexista e familista que tem seus representantes nos mais altos postos de decisões políticas, que continuam legitimando leis que descriminam e criminalizam as novas formatações familiares, sempre defendendo “as famílias, a moral e os bons costumes”. Isso pode ser percebido nos mais variados domínios do cotidiano, expresso também por meio da mídia, onde uma campanha publicitária de margarina projeta a idealização da família feliz formada por um homem, uma mulher e seus filhos, obviamente todos brancos.

Acredito que essa necessidade de um pai, seria na verdade o desejo de realização expresso tão estereotipadamente no comercial de margarina, onde existe mesa farta e largos sorrisos. O desejo de ser educado, de ser ouvido, de ser reconhecido, de “ter uma estrutura financeira razoável e de ser protegido”. Vale dizer, que para entender como estes desejos não foram realizados, não se pode atribuir toda a responsabilidade aos arranjos dessas famílias, mas deve-se tentar desvendar a conjuntura social específica em que estas estão inscritas.

Dupla face da escola

A educação apresenta-se nos marcos legais nacionais e internacionais como dever do Estado e direito humano e social, devendo ser construído não apenas como aprendizagem do ensino formal, mas como dimensão da vida social na medida em que a aprendizagem faz parte de todas as fases de vida dos indivíduos.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), que reforça os preceitos constitucionais⁸, há uma definição ampla sobre educação escolar, focando seu desenvolvimento por meio do ensino em instituições próprias, definindo um vínculo entre a escola, o mundo do trabalho e a prática social (Art 1º). A lei define ainda que um dos objetivos é preparar as pessoas para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania (Art. 2º).

Na pesquisa de campo percebemos um grande distanciamento entre tais marcos

⁸ Reforça o preceito constitucional na medida em que reafirma, no seu art. 2º, o direito já estabelecido no art. 205 da Constituição Federal de 1988. O Art. 2º diz: A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

normativos e a realidade educacional do Conjunto Santa Filomena e em comunidades adjacentes. Nestas comunidades existem poucos equipamentos escolares, fazendo com que crianças, adolescentes e jovens tenham que se deslocar a pé, na maior parte das vezes, em longos trajetos até a sua escola, para conseguir ter acesso à educação formal, já que na maioria das vezes as famílias não têm recursos para pagar transporte e, em muitas ocasiões, não é disponibilizado para a população transporte escolar gratuito.

As poucas escolas existentes na comunidade funcionam com estruturas precárias, que, dentre outros fatores, inviabilizam o ensino formal em sua plenitude. Somado a isto, as escolas mostram-se incapazes de dialogar com os problemas que acontecem no seu entorno, adotando geralmente práticas autoritárias e excludentes.

A escola com sua função educativa, socializadora e protetora poderia intervir nestas comunidades mostrando sentido no saber e aprender, contribuindo para auxiliar as crianças, adolescentes e jovens a construir um projeto de vida, com outras perspectivas além do envolvimento em condutas violentas.

O grande educador Paulo Freire (1987) acreditava que a educação era mais do que um direito humano em si, para ele a educação é também um meio para conquistar e efetivar outros direitos. Por isso pregava uma educação da autonomia, onde os sujeitos fossem capazes de dialogar o conteúdo formal com o cotidiano, articulando a dimensão global com a local.

Freire convida a caminhar com os oprimidos rumo à construção de uma teoria, por meio da educação, que pudesse ajudar a refletir a própria ação libertadora. E assim dedica este livro “aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim, descobrindo-se, com eles sofrem, mas sobretudo, com eles lutam” (1987, p. 23). O autor consegue propor uma educação que rompe com o pensamento tradicional, articulando a teoria e a prática educacional a serviço da transformação social, de forma coletiva. Atualmente, em tempos de um capitalismo reconfigurado em sua selvageria, assistiu-se a um fazer educacional completamente individualista, onde os estudantes são incentivados a concorrerem entre si. Desconsideram a aprendizagem coletiva falada por Freire: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (1987, p. 13).

A escola apresentada pelos sujeitos desta pesquisa é uma escola triste, “feia”, “acabada”, palco de intrigas, brigas e violência. Local também assinalado pelos jovens como repressor de subjetividades, preconceituoso e injusto.

O secretário lá, deu vontade de puxar o facão pra ele, cortar a cabeça dele. Por causa que ele disse, que fui eu que fui apitar o sino no recreio, aí veio dar um cagaço pra cima de mim. Dizendo que tinha sido eu. Não foi eu, nem foi. Veio pagar alto pra cima de mim. Começou a falar alto (...) Só porque eu sai da sala do professor, vi que foi um menino lá menor que eu, mas ele disse que foi eu. Por causa que eu sou bagunceiro né, sempre sou eu. Mas não tinha sido eu. Tinha sido outro menino. Eu ia matar ele. Só num matei por causa dele aí [amigo que participava da conversa]. Que disse, não má! Num faça isso não! (Jovem do sexo masculino, 17 anos)⁹

Eu não gosto da escola, vou só para bagunçar e merendar (...) ¹⁰

Essa falta de sentimento de pertença pela escola, em certo grau é construída por ela mesma, por sua prática excludente, onde expulsa aqueles que estão mais necessitados de acolhimento. Apesar, do descrédito apresentado até aqui, alguns entrevistados vêm na escola a esperança de ter sua vida melhorada por meio do término dos estudos.

Eu quero terminar os estudos e ser arquiteta. Ter uma casa pra mim e pra minha mãe. (Grupo focal - Menina).

Eu quero fazer Direito, terminar os estudos e ser feliz! (Grupo focal - Menina).

Eu terminei os estudos e agora estou trabalhando. (Rafael)

Se as pessoas tivesse assim, uma melhor condição de terminar os estudos, a vida ía melhorar, né? (Observação Sistemática).

Seria impossível negar a importância da educação formal nas diferenças sociais, na exclusão social, que existe desde o início do Brasil colônia, e hoje, com a globalização, perpetua a crueldade. Numa realidade no mínimo complexa, a escola que inclui é a mesma que exclui, a escola que faz desaparecer sonhos é a mesma que ainda se constitui como palco de esperança e de espera para os excluídos (PAIVA, 2005, p.01).

Por fim, a fala de Paiva assinala as duas faces da escola, que se constrói nas representações destes estudantes em conflito com a lei, de forma contraditória, como instrumentos burocráticos, rígidos e sem sentido e, ao mesmo tempo, como impulsionadora de uma mudança radical em suas vidas.

As relações de gênero

“Dou minha palavra de homem e palavra de homem não tem volta!”. A fala de Rafael afirmando que não voltaria mais para o crime, dá elementos para discorrer como esses

⁹ Depoimento tomado na observação realizada no dia 27 de julho de 2010.

¹⁰ Grupo Focal - Menina.

meninos e meninas internalizaram e vivenciaram de forma diferenciada as construções de gênero.

As trajetórias das meninas em condutas violentas são marcadas por um forte desejo de afirmação, “de ser a considerada”, ao mesmo tempo por um receio de afastamento da conduta idealizada como adequada para uma mulher. As meninas com as quais conversei mostravam claramente esse conflito interno. Muitas delas tiveram que provar sua coragem para os meninos, “usando drogas” ou “pichando em locais difíceis, para provar que se garante”.

Em uma das conversas com um dos integrantes do Grupo Meninos de Deus¹¹, ele mostra claramente a forma como vê a participação das mulheres em ações ilícitas:

Integrante - Acho que não existe desigualdade entre homens e mulheres, não.
 Pesquisadora - Mas no teu grupo que cometia assaltos tinha mulheres?
 Integrante - Não.
 Pesquisadora – Por quê?
 Integrante - Elas não conseguiam correr.
 Pesquisadora - Então não existia desigualdade?
 Integrante - Pra mim não, tinha até uma menina que corria, mas os outros meninos não deixavam. Eu deixava, se elas quisessem ir. Só não queria é que elas cabuetasse, porque aí ia rolar a faca.
 Pesquisadora - Tu acha que as meninas cabuetam mais que os homens?
 Integrante – Cabuetam. Porque elas não aguentam a pressão da chibata. Elas falam pros outros caras e pra policia. Se um dos dois pegar elas, num vão aguentar a peia.

As meninas não servem, pelo menos sob o olhar masculino, para algumas ações que precisam ter agilidade e “palavra”. No entanto, os meninos se beneficiaram em vários momentos desse modo de ver as mulheres, como não sendo capazes de se envolverem com o crime, para enganar a polícia ou outros agentes de segurança.

Quando ia pro estádio armado, a gente pensava nas estratégias para passar pela revista. Às vezes a gente entrava sozinho, pois eles desconfiam mais de quem vem de bando, né? Bagunçando. Se entra só, eles mandam passar direto. Ou então a gente dava as armas para as meninas (Rafael).

Eu nunca trafiquei não, mas já ajudei os meninos, uns amigos meus. Ele não podia ir, né? Porque tinha policia perto e ía dá um baculejo nele. Então eu ía deixar as drogas. Já fiz muito isso! (Grupo Focal - Menina).

Sobre a polícia é importante dizer que nenhuma das garotas escutadas relataram algum tipo de violência policial, nunca foram sequer abordadas na rua para alguma revista de rotina, mesmo estando muitas vezes armadas, com *spray* de pichação ou com drogas. Isso reforça o que venho dizendo desde o início, que para os agentes da segurança pública parece existir um suspeito em potencial: o jovem, pobre e negro. Dessa forma, as meninas não se enquadram

¹¹ Jovem do sexo masculino, 16 anos.

neste padrão.

Já entre os meninos, são muitos os relatos de violência policial, uso abusivo do poder por parte de alguns policiais, que ao invés de coibirem ações ilegais, provocam revolta e mais enfrentamento. Para Abramovay (2010), não se trata de afirmar que os jovens envolvidos no crime estão certos e os policiais errados, ou vice-versa. Trata-se de afirmar que tais condutas policialescas não resolvem a problemática.

Nas relações entre gangues e polícias não há vítimas ou culpados absolutos. Apesar de inseridos em posições de poder distintas, ambos os lados parecem ser responsáveis pela perpetração de violências de modo ilegal. De fato, não há bom ‘mocismo’, é violência legal usada contra violência ilegal e não necessariamente de forma legal (...). (ABRAMOVAY, 2010, p. 233).

A conveniência dos policiais com a contravenção no ato de cobrar propina em troca de não interromper o comércio de drogas, contribui para uma espécie de “desmoralização da lei” perante os jovens e para a revolta destes que se sentem discriminados, porque nem sempre podem pagar, como o tráfico paga, pela sua liberdade e respeito.

Sobre as relações de poder inscritas no tão falado “mundo do crime”, foi visível a valorização de demonstrações de virilidade, de quem anda armado, de quem dirige e de quem conquista várias mulheres. Já para as mulheres, a assimetria de poder foi verificada quando percebi que elas são conhecidas pelos homens e, de alguma forma, por elas mesmas, sob dois ângulos de análise, de acordo com as diversas estratégias utilizadas por elas para permanecerem nos grupos e ter reconhecimento, principalmente dos meninos. As mulheres dentro dos grupos, majoritariamente masculinos eram vistas sobre duas perspectivas: 1) “Por mérito” - as ditas “consideradas” e “bichonas”, que não têm medo, que competem com os homens na afirmação do poder e demonstração de agilidade e violência; 2) “Que mantém relacionamento com os meninos” - neste bloco estão as namoradas e amigas, que acompanham os meninos e os ajudam, mas não estão interessadas em ascender como “consideradas”, para elas vale o reconhecimento de namorar ou ser amiga de determinada pessoa que já tem fama no grupo e na comunidade. Nesse bloco, coloco também as “maiadas”. Para as participantes do grupo focal, “maiada” é a menina que não tem namorado fixo e que preferência em relacionamentos com os meninos do crime, “os considerados”. Dessa forma elas ficam “maiadas na boca dos meninos” e por onde elas passam “eles dizem que já pegaram”. Vale afirmar que essa divisão não é rígida, tendo meninas que se movimentam sobre esses diversos ângulos.

Foi possível perceber também uma diferença entre os delitos cometidos por homens e

os delitos cometidos por mulheres. Sendo os cometidos por eles de caráter mais grave, indo da pichação a tentativa de homicídio, passando pelo tráfico, a violência física e o porte de arma. Já entre as mulheres escutadas, a grande maioria afirmava ter pichado, algumas se envolveram em brigas que resultou na agressão física de outras pessoas. Os envolvimento delas com o tráfico ou mesmo em portar uma arma de fogo, foi sempre passageiro, geralmente para ajudar os meninos a escapar da polícia. Uma delas analisou dessa forma as motivações para fazer um delito:

Na hora de fazer coisa errada, a maioria dos homens, a maioria dos meus amigos andam com armas. Já nós as meninas, vamos com eles mais pra gazeir aula mesmo. (Grupo Focal - Menina)

A participante do grupo focal fala como se fosse natural a integração do jovem homem ao crime, inclusive no que se refere ao porte de arma. É como se ele tivesse sempre pronto, sem nenhum motivo, pelo menos ao olhar da moça, para realizar delitos. Já elas precisam de um motivo que justifique sua integração ao crime.

A força da ordem masculina pode ser afetada pelo fato de que ela não precisa de justificção: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar, visando sua legitimação. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual se funda: é a divisão social do trabalho, distribuição muito restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu lugar seu momento, seus instrumentos (...) (BOURDIEU, 1999, p. 15)

Na construção das identidades de gênero são reforçados *habitus*, compreendidos como um sistema de disposições socialmente construídas, que estruturam práticas e representações que terminam por caracterizar determinados grupos. Desse modo, a construção do masculino é frequentemente associada à violência como instrumento de afirmação. As armas – associadas ao poder de vida ou morte – e os carros – associados ao poder de velocidade, liberdade e status social são símbolos que compõem e reforçam este universo masculino. Vale salientar que estes objetos, na forma de brinquedos, são introduzidos para os meninos ainda na infância. Essas construções vão refletir posteriormente, onde se contabiliza o maior envolvimento dos homens em homicídios e acidentes de trânsito. (SOUZA *Apud* NASCIMENTO et. al., 2009).

Dessa forma, a relação entre masculinidade, violência e juventude situa-se em uma lógica complexa, moldada a partir de aspectos macrossociais e microssociais, que se manifestam nas relações cotidianas entre os sujeitos e as instituições, “sendo um processo aprendido e internalizado” (NASCIMENTO et. al. 2009, p. 1152).

Por último, outro aspecto que desejo analisar sobre a óptica de gênero é a violência sexual. Entende-se violência sexual qualquer tipo e grau de dano à integridade sexual de outrem. São violentas todas as situações, ações, condutas e atitudes em que predominam as relações dos mais fortes sobre os mais fracos, dos mais poderosos sobre os mais desprotegidos, de adultos sobre crianças e adolescentes. (Sousa et. al. 2004, p. 152).

Durante este estudo contabilizei cinco depoimentos de meninas diferentes afirmando já ter sido vítima de violência sexual, seja assédio, violência psicológica ou o próprio abuso sexual. Na maioria dos casos relatados, o agressor era o padrasto.

Mas o que me causou mais intriga nestas situações foi a “falta de solidariedade” das mães com as filhas. As mães acusam as filhas de mentirosas e preferiram ficar ao lado do companheiro. Em todas essas famílias, as meninas destacaram problemas vividos pelas mães com os pais biológicos, alguns destes assassinados em conflitos do tráfico e/ou usuários de drogas. Para essas meninas, os padrastos são para suas mães melhores que os seus pais foram. Além disso, eles as ajudam financeiramente. Nenhum dos casos relatados foi denunciado a algum organismo de defesa dos direitos de crianças e adolescentes e nunca tinham sequer socializado o fato com outrem até o dia desta pesquisa.

Nas entrevistas e conversas informais com os meninos eles não apontaram qualquer indício de já ter sofrido violência parecida. Isso pode induzir a um falso resultado que diria que a violência sexual só acontece com mulheres. Até acredito que os meninos escutados não tenham sofrido tal violência, mas o fato de ser uma pesquisadora mulher pode ter causado algum constrangimento em falar sobre tal assunto. Somado a isto, o próprio machismo tão internalizado na nossa cultura pode inviabilizar que um jovem se afirme enquanto vítima de violência sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As histórias narradas pelos diversos jovens escutados apontam para a necessidade de compreender as juventudes em sua complexidade e diversidade. O olhar para as questões de gênero também é fundamental para quebrar a invisibilidade posta sobre a jovem mulher, sobretudo quando debatemos questões de violência, onde elas são vítimas e reprodutoras de violência.

Por fim, faz-se necessária, mas em nenhum momento foi o objetivo principal desa

pesquisa, o debate sobre sociedade civil x Estado e o seu papel de promoção e defesa dos direitos infanto-juvenis. Vale salientar, o papel referente as estratégias, políticas e programas disponíveis para aqueles e aquelas que por ventura experienciaram o crime, mas querem reconstruir suas vidas pautados em outras formas de sociabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Gangues, Gênero e Juventudes: Donas de Rocha e Sujeitos Cabulosos**. Brasília: SEDH, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. Razões Práticas. Sobre a Teoria da Ação. Campinas -SP: Papyrus, 1996.

BRUSCHINI, Cristina. **Teoria Crítica da Família**. In: Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. São Paulo: EDIPRO, 1997.

CALLIGARIS, Contardo. **Adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Maria Virgínia, ABRAMO, Helena Wendel, LEÓN, Oscar Dávila. **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. **Trabalho: Uma categoria chave no imaginário juvenil?** In: Retratos da Juventude Brasileira. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2004.

LAHIRE, Bernard. **Retratos Sociológicos**. Disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LEVI e SCHMITT. **História dos Jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

KOFES, Suely. **Uma trajetória em narrativas**. Campinas – SP: Mercado das Letras, 2001.

Marx, Karl. **O Trabalho Alienado**. In: Manuscritos Econômicos e Filosóficos (1948). Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/index.htm>.

NASCIMENTO, Elaine Ferreira et. al. **Violência é coisa de homem? A**

“naturalização” da violência nas falas de homens jovens. *Ciênc. saúde coletiva*, Ago 2009, vol.14, no.4, p.1151-1157. ISSN 1413-8123. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n4/a16v14n4.pdf>.

PAIVA, Jacyara Silva. **Educação de Rua:** (Im) possibilidade de inclusão. (2005). Disponível em: <http://www.psicopedagogia.com.br/opiniao/opiniao.asp?entrID=396>.

SILVA, Roberto da. **A construção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil.** Brasília/DF: IPEA/Conanda, 2004.

ZALUAR, Alba. **Democratização inacabada:** fracasso da segurança pública. *Estud. av.*, Dez 2007, vol.21, no.61, p.31-49. ISSN 0103-4014

_____. **A Máquina e a Revolta.** As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.